

Economistas: é hora de novas propostas.

A decisão do governo brasileiro em participar da ação conjunta de países latino-americanos contra as atuais regras de pagamento da dívida externa foi elogiada ontem por diversos economistas. Antonio Carlos Borges, professor de Análise Macroeconômica da Universidade Mackenzie e superintendente técnico da Federação do Comércio de São Paulo, por exemplo, acha que "mesmo esse esforço preliminar já significa uma articulação importante para demonstrar que as regras hoje existentes não são válidas".

Borges entende que esses países precisavam passar rapidamente do plano de intenções para uma proposta conjunta, até porque os países demoraram muito para come-

çar a se articular, já que o diagnóstico da impossibilidade de pagamento de seus compromissos externos foi feito há um ano.

Segundo ele, "como proposta concreta a ser levada pelo Brasil à reunião de junho, é válida aquela defendida pelo professor Stephen Charles Kanitz, da Faculdade de Economia e Administração da USP. A idéia dele, simplificada, é a seguinte: incorporar ao principal da dívida a correção monetária hoje existente nas taxas de juros e apenas pagar o juro líquido das operações financeiras".

Outro economista, Saulo Krichaia Rodrigues, professor de Metodologia do Desenvolvimento Econômico da Pontifícia Univer-

sidade Católica de São Paulo, entende que "agora, mais do que nunca, ficou muito claro para todos os países signatários deste documento que é impossível pagar a dívida apenas em termos financeiros, ou seja, com a manutenção da contração das importações e com a rolagem dos novos empréstimos. Esses critérios utilizados hoje deveriam estar acompanhados de uma maior abertura do mercado mundial".

Na opinião de Wilson Abrahão Rabahy, diretor da Ordem dos Economistas de São Paulo, "é inteiramente válida a pressão, ainda que tardia, dos países devedores para que o sistema financeiro internacional possa finalmente compreender as dificuldades de

solvência dos países em desenvolvimento".

Para o professor Luiz Augusto Queiroz Ablas, da Faculdade de Economia e Administração da USP, "o Brasil deseja uma dívida externa que seja manejável, que possa ser administrada sem prejuízo do nosso desenvolvimento, que sem dúvida tem ficado para um segundo plano. Assim, é urgente a renegociação de prazos que lhe permitisse um desafogo maior na amortização, bem como seria necessário descobrir uma forma qualquer de se incorporar os juros da dívida ao valor do principal, de forma que o montante a ser pago anualmente fosse compatível com a nossa capacidade de geração de divisas".